

## ***Raízes do ódio de Guilherme de Melo: uma “nova África”?***

Tobias Brandenberger  
*Georg-August-Universität Göttingen*

### **Introdução**

Ao debruçarmo-nos sobre as condições e as consequências culturais da construção do nacional na África lusófona, e muito concretamente ao focarmos as manifestações literárias e os seus agentes, para através deles indagar as particularidades das respetivas modelações e disposições identitárias, é curioso verificar que o autor cujo primeiro romance interessará nas páginas a seguir, Guilherme de Melo<sup>1</sup>, raramente surge em monografias ou artigos de referência dedicados às culturas da lusofonia africana e às literaturas africanas de expressão portuguesa<sup>2</sup>, embora este escritor e jornalista tenha sido, ao longo da sua carreira desenvolvida durante mais de 25 anos em Moçambique, uma das figuras cimeiras das letras e da cultura desse país. Terá a ver esta omissão essencialmente com a difícil questão dos mecanismos amiúde extraliterários que guiam a constituição de literaturas nacionais, a partir de sistemas literários já mais ou menos nitidamente configurados, durante a descolonização e com a independência de estados outrora ocupados pelas potências coloniais. Concretamente, Melo foi considerado, de forma redutora, imediatamente antes e definitivamente após a sua emigração de Moçambique a Portugal, como representante da (ou de uma) literatura colonial portuguesa – *ergo*, num silogismo discutível, “automaticamente” não-moçambicana.

---

1 Guilherme de Melo nasceu em 1931 na então Lourenço Marques e hoje Maputo. Passou a primeira parte da sua vida em Moçambique, a trabalhar primeiro na função pública, e depois como jornalista, chegando a ser diretor-adjunto do *Notícias* laurentino. Colaborou em programas radiofónicos e publicou poemas e contos antes do seu primeiro romance que aqui interessa. Em outubro de 1974, veio radicar-se em Lisboa onde ingressou no *Diário de Notícias* e publicou o resto dos seus romances. Faleceu a 29 de junho de 2013.

2 São de notar as exceções de Pires Laranjeira (1995) e de Francisco Noa (2002).

Trata-se, todavia, de um intelectual que se compreendia como elemento de uma cultura moçambicana *lato sensu*, mantendo – ao contrário da maioria dos colonialistas portugueses surpreendidos pelo 25 de Abril – uma posição pelo menos não explicitamente relutante face à opção de uma autonomia das colónias e cultivando bons contactos com os futuros detentores do poder político; e estamos perante um autor que foi na altura dos poucos brancos a erguer a voz para chamar a atenção sobre a problemática da discriminação racista no Moçambique colonial.

Guilherme de Melo pode figurar como exemplo fascinante das confluências várias que será útil discutir quando se trata da pergunta que formulam os coordenadores deste volume:

[...] no decorrer do século xx e no âmbito dos variados movimentos migratórios entre a colónia e a metrópole [...], onde termina a literatura portuguesa colonial “sobre” a África e a partir de quando é que se pode falar de uma literatura ou cultura angolana, moçambicana, cabo-verdiana, etc.? (veja-se p. 9).

Tencionamos aqui, desde uma perspetiva interessada pela construção de identidades no contexto cultural, histórico e sociopolítico da fase colonial imediatamente anterior ao desenvolvimento das literaturas dos estados nacionais independentes que se formaram a partir das antigas colónias portuguesas, e com peculiar atenção para a configuração literária de imagens que delimitam e caracterizam diferentes grupos que aí conviveram, oferecer – na esteira de Anderson (1986) – uma leitura do primeiro<sup>3</sup> romance de Guilherme de Melo, escrito no início da década de 1960, *Raízes do ódio*. É este um livro provocador – sobre cujos méritos literários as opiniões podem ser divididas<sup>4</sup> – e que no momento da sua primeira publicação causou uma reação imediata por parte dos organismos de controlo do Estado Novo. A obra que hoje se encontra quase esquecida não só permite um acesso instrutivo, ficcional mas revelador, à realidade africana colonial e à sua configuração e manipulação, mas que, além disso, sugere algum questionamento de determinadas categorias. Examiná-la-emos quanto

3 Caso paralelo, mas desde um momento histórico distante e diferente, e focando também a situação pré- e proto-nacional de Moçambique, é o segundo romance do autor, *A sombra dos dias*, publicado, com o autor já a residir em Portugal, em 1981. Para uma análise deste texto que também permite interessantes observações sobre o tema que aqui tratamos, veja-se Brandenberger (2014).

4 Consultar a recensão crítica de Fernando Venâncio no *JL* de 24 de Dezembro de 1991, aquando da reedição de *Raízes do Ódio*.

aos diagnósticos que, desde uma posição especial, oferece a propósito das construções identitárias no Moçambique colonial e procuraremos dar um impulso para uma reflexão sobre a situação (ou talvez melhor: situabilidade) de autores que não encaixam nos esquemas maioritários em constelações do *nation-building*.

### **Raízes do ódio: questões e edições**

*Raízes do ódio* apresenta desde uma situação histórica concreta, o despertar dos movimentos de libertação na África portuguesa – o romance foi elaborado na primeira metade dos anos sessenta –, com algumas marcas autobiográficas que perpassam a evidente ficcionalidade e que dão conta da experiência própria de quem escreve, uma fábula que veicula um olhar analítico para o difícil relacionamento dos que no Moçambique da época colonial coexistiam e tentavam encontrar o lugar e a identidade próprios. Nesta sua versão (“conceção” e ao mesmo tempo “observação crítica”), o autor literariza, ao mesmo tempo que analisa, uma problemática cultura da coexistência baseada em determinadas ideias sobre as identidades dos que naquela participam, identidades complexas e precariamente interrelacionadas, em alguns casos já em vias de prefigurar a constituição do nacional.

São várias as questões fulcrais em que se condensam as vertentes do assunto que interessa aqui. Por um lado, há-de-nos ocupar o que é que de facto significa “(a) África” para um autor de ficção (ao mesmo tempo jornalista) com uma perspectiva especificamente interna; no caso de Guilherme de Melo, uma visão que provém de quem faz parte do grupo dos colonizadores e é por eles vindicado como representante cultural, mas que observa e diagnostica com sensibilidade e perspicácia. De que forma um autor branco, urbano, pertencente à classe económica e politicamente dominante da sociedade colonial consegue literarizar, de forma comprometida, a realidade africana? Por outro lado, caberá discutir quais são os fatores constitutivos do que seria uma “identidade cultural” nessa África e quais as imagens que de tal identidade se espelham no texto.

Além de descrever a tal identidade em movimento, questioná-la-emos também quanto aos condicionamentos e objetivos que a determinam. Convirá considerar quais são os elementos desencadeantes ou motivos, mas também os alvos sociopolíticos das afirmações, concepções e modelos

propostos, e perguntar até que ponto (ou porquê não) coincidem com as realidades moçambicanas do momento e com as atitudes generalizadas do contexto da receção.

Concretamente, quanto ao problema da receção do romance que nos ocupa, é preciso assinalar uma clivagem relevante entre os dois momentos em que o texto em questão foi publicado e reeditado. Redigido no princípio da década de 1960, sob a impressão viva de uma guerra que se começava a impor na realidade moçambicana, *As raízes do ódio* (assim o título original) veio a lume em Lisboa, em 1965, na editora Arcádia, dirigida então pela tantas vezes insubordinada Natália Correia. Foi logo apreendido pela Polícia Internacional e de Defesa do Estado, desaparecendo assim do mercado. A reedição só se deu em 1990, com o título abreviado *Raízes do ódio*; e constituiu então para o público português desse momento (já longe da situação da sociedade colonial em Moçambique e os problemas desse contexto) o quinto romance<sup>5</sup> de um autor já consagrado que chamara a atenção do público com outros temas, mais atuais e mais chocantes. A obra precisa, portanto, de um olhar duplamente contextualizador quanto às condições da escrita, às possibilidades tanto de acesso como de interpretação para o público, e aos objetivos do autor no momento da publicação ou da republicação, respetivamente.

### Estruturas, imagens e propostas

*Raízes do ódio* é um romance relativamente convencional no que diz respeito à estrutura e às técnicas narrativas. Apresenta, em cronologia linear e com focalização variável, adotada oportunamente por uma instância narradora onisciente, as vivências de vários jovens no último ano de um liceu laurentino. É sobretudo em duas personagens opostas e diferenciadas, mas unidas por uma relação de amizade, que se centraliza a perspetiva: António Manuel, filho de uma próspera família da elite branca – cuja versão dos factos relatados ouvimos principalmente através de trechos do seu diário – e João Tembe, um rapaz negro que vive num casebre dos arrabaldes com

<sup>5</sup> Entretanto já se tinham publicado, após a vinda do autor a Portugal, *A sombra dos dias* (1981), *Ainda havia sol* (1984), *Os leões não dormem esta noite* (1989) e *O que houver de morrer* (1989).

a mãe e a irmã, mas que pode continuar a escola graças ao apoio incondicional da madrinha em cuja casa trabalhara a mãe.

António desenvolve (e aprende a justificar) posturas sociais e políticas moderadamente contestatárias perante a intransigência dos pais, e experimenta a sua iniciação para a idade adulta ainda em outros sentidos, nomeadamente no domínio sexual (graças à neta da antiga cozinheira negra com a qual faz amizade). João sofre a traumática perda da madrinha (que praticamente o tinha adotado no lugar do filho que perdera quando criança) e atravessa – se bem este fio narrativo se revele menos dominante – uma relação amorosa infeliz porque não correspondida pela menina mais inteligente e mais fascinante da turma, Lúcia. Paralelamente, outro esquema erótico-sentimental interétnico, igualmente malsucedido, avança entre a irmã de João, Gina, e um português recém-chegado da metrópole que aproveita da boa-fé da menina e a abandona quando fica grávida.

As peripécias sentimentais e afetivas dos jovens e a história do fracasso na tentativa de fundar uma revista literária (abortada por uma intervenção da Mocidade Portuguesa) contrastam com repetidos casos de discriminação e exclusão racistas que João experimenta ou presencia, e com constantes dúvidas e inseguranças quanto às possibilidades e capacidades próprias do rapaz negro numa sociedade pluriétnica em flagrante desigualdade. No entanto, os avanços nos estudos proporcionam-lhe, também com a ajuda de um professor favorável e carismático, o Dr. Santana, mentor espiritual e intelectual dos alunos, uma bolsa que afinal lhe permite continuar os estudos em Lisboa, para onde se dirige, já nas últimas páginas, com o seu amigo.

Guilherme de Melo examina neste seu primeiro texto narrativo longo a sociedade colonial moçambicana através de uma lente indiscutivelmente crítica, e denuncia nesta coletividade, cuja identidade está em jogo o desequilíbrio inerente a qualquer situação colonial: entre os poderosos representantes do “Império” que se encontram estrategicamente colocados nos lugares políticos e sociais relevantes, e aqueles que, embora formem a maioria numérica do corpo social, são marginalizados, desprovidos de direitos e economicamente abusados. Nada surpreendentemente, estas duas esferas coincidem com coletivos marcados pela respetiva etnia e origem: brancos, por um lado, negros e mulatos, por outro.

Chama a atenção, se tivermos em conta não só o momento da escrita, mas também a origem do autor, a descrição crua dos bairros onde mora a população nativa. Um olhar atento descobre nesta representação uma

mistura curiosa de duas tendências que emprega um escritor branco para condenar as condições de flagrante desigualdade existentes: por um lado, percepção lúcida e empatia, por outro, certo paternalismo não isento de imagens estereotipadas que também refletem um modo de ver sub-repeticionalmente racista até dos próprios membros subordinados da sociedade retratada, os quais não deixam de salientar a diferença étnica.

Um episódio fulcral que forma, por assim dizer, uma charneira na estrutura do romance, por estar situado no centro, e sobretudo por desencadear uma reflexão mais violenta e umas reações diretas dos dois protagonistas, é um incidente de racismo gritante num autocarro que serve para uma crítica detalhada dos problemas derivados do estatuto de “assimilado” e exemplifica o que Boaventura de Sousa Santos<sup>6</sup> explica quanto às identidades bloqueadas.

A vítima, um negro que pela sua formação conseguira o estatuto de assimilado, relata a João Tembe o penoso e paradoxal caminho de quem procura aproximar-se da classe dominante. Ilustra deste modo o engano dum dos dois polos, o assimilacionismo que no ensaio “Entre Próspero e Caliban” o sociólogo identificava como elementos distintivos do colonialismo luso e a sua condição semiperiférica. De facto, aqui se denuncia que os colonizadores, sem deixar de explorar a inferioridade económica, aconselhem a uma parte definida dos colonizados uma adaptação aos valores e aos hábitos vitais do grupo dominante, adaptação que renunciaria uma pertença à identidade cultural dos brancos. Este assimilacionismo cria uma dependência ideológica, visto os subalternos constantemente devem certificar-se da sua própria identidade em relação à dos brancos, que no entanto não os aceitam, justamente por outro elemento da sua identidade, o facto étnico. Se Melo não se pronuncia em termos decididos contra o assimilacionismo (e em *Raízes do ódio* encontram-se também traços da outra faceta, a antropologia cultural, que salienta Boaventura de Sousa Santos como constante na aproximação luso-tropicalista ao universo dos nativos), crítica nitidamente, no entanto, que este na prática não acarreta nenhum caminho viável nem justo para a convivência, e ainda menos mitiga a discriminação racista. O segundo exemplo que comprova a im-

---

<sup>6</sup> Diz Boaventura de Sousa Santos: “O assimilado é protótipo de uma identidade bloqueada, construída sobre uma dupla desidentificação: quanto às raízes africanas, às quais deixa de ter acesso direto, e quanto às opções de vida europeia, a que só tem um acesso muito restrito.” Citamos conforme a versão portuguesa publicada em 2003: Santos 2003: 44-45. Para a problemática, ver também Meneses (2010) e Ribeiro (2012).

possibilidade da desejada passagem de um grupo socioétnico desfavorecido para outro, melhor situado, é a figura de Gina, que falha em ambas vias que ela tomou como saídas da pobreza e da exclusão. A África portuguesa constrói ou produz para os assimilados uma aporia: a de não pertencerem nem à metrópole ou à sociedade dos colonizadores brancos, nem às raízes deles próprios.

Mas não temos só uma ponderação, evidentemente negativa, de factos discriminatórios: *Raízes do ódio* mostra, concretamente para a situação dos portugueses em Moçambique, também, as falácias do discurso vigente e, para todos, não só os colonos, os diversos problemas derivados de argumentos e práticas convencionais para a constituição psíquico-mental dos indivíduos afetados por eles.

As ideias e asserções sobre o papel dos portugueses na África dizem muito respeito à autoimagem da nação à qual os representantes da classe alta branca não só afirmam enfaticamente pertencer mas – mais ainda – se sentem chamados a defender. A esta visão corresponde em grande medida a celebração de um luso-tropicalismo supostamente multicultural<sup>7</sup> e multiétnico, essencialmente baseado na ideia de uma superioridade cultural dos colonizadores, que os leva a uma missão “obrigada” e os recompensa justamente com a posição económica e politicamente dominante numa “província ultramarina” assentada sobre a exploração dos subordinados – autoimagem constantemente explicitada pela propaganda e a doutrinação ideológica do Estado Novo.

Esta atitude fica condensada numa alocução oca de teor político preferida pelo pai de António Manuel, completamente fora de lugar no momento em que é enunciada – um pequeno-almoço em família:

Nós, aqui em Moçambique, e como nós, Angola, temos um grande, um poderoso papel, e segui-lo-emos ponto por ponto. Mas para isso é necessário que fechemos as portas às perniciosas influências estrangeiras, que cerremos fileiras contra o inimigo estranho. [...] Claro que eles, os nossos irmãos de cor, estão connosco, sentem-se portugueses, nós os tornámos portugueses, nós os cristianizámos, nós os fizemos nossos irmãos perante a Pátria e perante Deus (Melo <sup>2</sup>1990: 144).

A interpretação oficial do compromisso português na África, a “voz da Pátria, erguida num pendão de fé e de patriotismo” (Melo <sup>2</sup>1990: 144),

---

7 Sobre o luso-tropicalismo e a sua importância política, ver agora Léonard (1997).

fica ridicularizada e desmascarada pela situação, e pela falta de sinceridade e ética da personagem que o leitor já conhece: perfeito representante das camadas altas de uma sociedade desigual que perseveram num estatismo total dentro das ideologias sem querer ver como o tempo passa.

Tal entusiasmo empolgado e patético contrasta com a atitude quase sempre apenas resignada ou dolorida dos nativos, entre os quais só um membro excecional, o jovem, inadaptado e impetuoso João, articula a sua angústia, muito sintomaticamente também de forma literária, em poemas reivindicativos e abruptos que tenta publicar na mencionada revista.

Por parte dos brancos, evidencia-se uma falsa aceitação, “tolerância” que não deixa de ser condescendência até dos amigos cuja boa vontade parece fora de dúvida. António Manuel e Lúcia, os melhores amigos de João Tembe (personagem que teria sido modelada a partir de José Craveirinha, de quem Guilherme de Melo, por sua vez presente em alguns traços de António, de quem foi muito amigo), não podem deixar de “sentir a diferença” de João, atribuindo o autoisolamento do companheiro a um “complexo de inferioridade”. Não percebem que a dolorosa marginalização que se impõe ao rapaz tem a ver maiormente com a sua maturidade, condicionada pela consciência da alteridade étnica e paralelamente económica que o afasta dos outros alunos. Ao mesmo tempo, a circunstância de se saber simultaneamente negro e privilegiado produz uma espécie de culpa, quase auto-ódio, que não exclui uma atitude reivindicativa.

Cristalizam assim nesta personagem impulsos contraditórios e uma luta interna por diferentes opções identitárias que são, também, problemas de solidariedade. João Tembe sente-se, por uma parte, atraído pela elite cultural branca, devido à sua socialização intelectual, por outra, emocionalmente ligado àqueles que são da sua etnia. Se bem partilha com este grande grupo dos subalternos a experiência da discriminação e da exclusão, motivos do seu empenhamento político, compreende dolorosamente que o contacto estreito com os colegas do liceu e com a madrinha o afastam progressivamente das suas origens. É curioso constatar como também aqui se torna visível uma distorção ou redução de perspectiva com algum matiz paternalista através da focalização privilegiada de personagens positivas: se por parte dos indivíduos brancos que convivem com João se enfatiza sobretudo o apoio destes, os representantes da opressão colonial e racista são figuras coletivas ou anónimas. Por outro lado, a luta de João por uma realização própria e pelo respeito como pessoa é, por vezes, refreada devido à atitude de outros representantes do mundo dos subordinados pelo poder



branco. Alguns (tal o caso da mãe, Angelina) mostram-se conscientes da sua discriminação mas aceitam-na resignadamente; outros tentam em vão superá-la ou negá-la, ora na interação com os brancos, ora num racismo-classismo interno dos oprimidos (para ambas as saídas impossíveis pode aduzir-se o exemplo da irmã de João, que pretende ser uma “mulata de primeira” e procura converter em ascensão social uma relação abusiva com um português... uma tentativa que falha e termina num aborto).

Para o protagonista negro, intelectual intransigente, precocemente maduro, por ser diferente, o dilema “ódio ou esperança?” consegue afinal uma resposta otimista, embora aberta. O ódio seria a consequência lógica do cenário desalentador e vergonhoso que João retrata em duros termos, numa longa conversa com António Manuel e com o professor Santana, que parecem ignorar em grande medida as condições de vida e a opressão da população nativa:

Que sabe o Sr. Doutor dos negros nascidos na escuridão das palhotas perdidas pelo mato e toda uma vida amarrados à miséria do seu dia a dia esquecido e ignorado? Que sabe das mães negras atiradas para a beira das cidades como cães que ficam toda uma existência à porta dos donos sem nunca lhes ser permitida a entrada, para que não sujem, com as patas, o lustro dos salões a que não têm direito? Que sabe das raparigas nascidas para saciarem os brancos, para quem nada mais são do que banais prostitutas, até mesmo antes de o serem? Que sabe o Sr. Doutor de tudo isso? Que sabe das multidões arrebanhadas à pressa para acorrerem às cidadezinhas e às vilas, de bandeirinha colorida na mão para que a acenem enquanto lhes ensinam a gritar «vivas» idiotas, sem contudo lhes terem algum dia chegado sequer a ensinar português, ao Sr. Ministro ou a Sr. Subsecretário de qualquer coisa, que nunca viram, não sabem quem é, ao que vem, e que voltará depois a Lisboa para proferir, aos microfones das emissoras, discursos ridículos sobre o patriotismo das populações nativas? Que sabe? (Melo <sup>2</sup>1990: 186).

Esta visão profundamente magoada de uma figura de ficção é uma das peças fundamentais para construir um olhar incómodo sobre as zonas mais sombrias da sociedade colonial, factos dos que também os leitores são obrigados a tomar conhecimento, ao contrário da maioria da manipulada população branca que acredita ou prefere acreditar num mundo colonial intacto.

No entanto, não deixa de haver esperança, uma perspectiva construtiva em termos de um compromisso cívico – porque João aceitará (e António Manuel com ele) o desafio de construir uma Nova África que o mentor lhes oferece, nestes termos:

[...] sinto que uma nova África começa a surgir. E nós estamos em África. Nós – eu tanto como tu ou como o António Manuel, entendes? E é por essa África nova que todos nós (eu tanto como tu ou António Manuel, repito-o) precisamos de lutar. Mas lutar com amor e confiança entre os três. Só assim valerá a pena Deus nos ter dado esta maravilha rara de vivermos a nossa existência precisamente na altura em que a humanidade assiste a esta autêntica viragem histórica: o surgir dessa nova África! (Melo <sup>2</sup>1990: 265).

São estas as palavras que João recorda quando, na última cena, um avião parte rumo à metrópole, onde deverá continuar a luta por essa nova África vindoura, a qual os dois amigos, de diferentes pela cor e pela camada social, irmanados pelo idealismo, pensam voltar.

No momento da escrita e da primeira publicação, *Raízes do ódio* constitui, sem dúvida, um valente e sensível posicionamento contra o racismo encoberto ou latente que impera nas colónias portuguesas, camuflado por uma pseudotolerância e uma pavorosa propaganda de multiculturalismo; é uma resposta contra a manipulação e a censura, um depoimento contra uma sociedade que explora, empobrece e discrimina os nativos, e talvez também um aviso contra aqueles que antepõem as ambições sociais à solidariedade.

Ora bem: este compromisso imediato e o otimismo que o caracteriza já não se leem da mesma maneira aquando da reedição das *Raízes do ódio*. Em 1990, para os leitores portugueses e – estamos em crer – também para o próprio autor, o texto converter-se-ia num olhar saudoso ou nostálgico para um passado e para umas sugestões bem-intencionadas e talvez ingénuas que visavam resolver uma situação que já se encaminhara noutro sentido, e precisamente não graças à sensibilidade dos colonizadores: já não seria uma imagem do que era África enquanto colónia portuguesa e uma ideia do que devia ser uma “nova África” futura... mas uma última tentativa, entretanto desiludida, de mostrar ao público posterior o que teria podido ser noutras circunstâncias.

Guilherme de Melo preocupou-se cedo por uma identidade cultural própria moçambicana e por uma visão política diferente para o futuro (embora não ‘nacional’ num sentido exclusivista) e defendeu uma convivência que idealmente fosse livre de racismos, autenticamente multicultural, e que respeitasse todas as diferenças.

Muitas das suas ideias foram mais tarde manifestadas por outras figuras públicas, negras e brancas, e atualmente nos costumam parecer normais, adequadas, éticas, embora naqueles momentos fossem vistas como surpreendentes. A sua proposta de uma nova África – na qual os descendentes

tanto dos colonizadores como dos nativos antes subordinados pudessem viver juntos, sem desigualdades e sem discriminação, para entre todos criar uma comunidade mais justa – constituiu um postulado otimista de um autor relativamente jovem que esboçava, perante uma situação sentida como altamente insatisfatória, uma janela para um futuro melhor. Mas foi silenciada pela censura e mais tarde tida por utopia minoritária, impossibilitada ou ultrapassada pela evolução política. Nesse processo de descolonização e da formação de uma nação própria prevaleceram ainda outros aspetos, devidos a fatores de política global e a uma clara vontade de distanciamento perante o antigo poder colonial, que para Guilherme de Melo não eram tão determinantes como a problemática básica do racismo numa sociedade multiétnica.

Importa para o autor a problemática do racismo inerente à sociedade colonial, em todas as suas facetas: em primeiro lugar o racismo dos brancos perante os nativos, mas também o vetor autodestrutivo do chauvinismo interior, fatal para uma autoestima positiva e para uma identidade coerente. E acresce ainda sublinhar que Guilherme de Melo não se opõe a uma África portuguesa como farão, logicamente, os propagadores do que devia ser uma identidade africana independente da antiga metrópole, e de acordo com a tarefa da construção “inovadoramente” nacional de uma memória coletiva unificadora; antes, defende uma África portuguesa diferente, sob o signo de uma efetiva igualdade de direitos, ou como diz Francisco Noa, “uma saída de compromisso entre colonizador e colonizado, numa convertibilidade sublimada de um antagonismo histórico em relação ao qual, em princípio, não parece haver vencedores nem vencidos” (Noa 2002: 234): atitude que poderíamos qualificar como primeiro passo para a realização de um *nation-building* étnica e culturalmente integrador.

*Raízes do ódio* é assim um romance essencialmente africano que, sem ser colonialista, se insere na literatura colonial e que de forma comprometida e particular se dedica à questão das identidades, complexas e precariamente inter-relacionadas, de pessoas e coletivos que “conviviam” no Moçambique do seu tempo e sobre as problemáticas constelações políticas que nelas incidiam, para apresentar a – ainda tímida – visão de uma “nova África” vindoura com uma cultura da coexistência diferente e mais justa.

## Conclusão

Que Melo saísse, como muitos outros, de Moçambique para se fixar nou- tro país em transição – não que tenha mudado de frente, só de espaço – fez que a raiz de um processo de formação separada de duas literaturas fosse afastado e esquecido por ambas. Para a questão da inclusão ou exclusão de um autor num sistema literário, o caso vem exemplificar a complexa en- grenagem de vários elementos decisivos: os postulados ou posicionamentos manifestados, a origem e o contexto sociocultural do escritor que os de- fende, o lugar cultural atribuído a este em diferentes momentos e situações – por si próprio, mas também pelos outros agentes culturais e sociais –, e, finalmente, o efeito e a eficácia das constelações de mudança política para reavaliar e modificar tais parâmetros.

Se, como salienta corretamente Pires Laranjeira aquando da sua ten- tativa de descrever diversas esferas e pertinências das literaturas africanas antes da independência, “o grau de autonomia literária dos textos e seus autores em relação à literatura portuguesa, na situação colonial africana, dependeu da sua irredutibilidade a uma tipologia e um horizonte expecta- cional europeus” (Laranjeira 1992: 25), o mesmo se poderia legitimamente afirmar, para um momento posterior de sinal contrário, perguntando pelo nexos de textos como o estudado com as literaturas africanas de língua por- tuguesa. O facto é que Guilherme de Melo ficou fora, *a posteriori*, preci- samente daquela nova África culturalmente aberta que ele próprio muito cedo propusera.

## Referências bibliográficas

- ANDERSON, Benedict (1986): *Imagined Communities. Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. London: Verso.
- BRANDENBERGER, Tobias (2014): “Olhar Moçambique: *A sombra dos dias* de Guilherme de Melo”. Em: *Limite*, 8, pp. 185-206. <[http://www.revistalimite.es/volumen%208/09\\_brandenberger.pdf](http://www.revistalimite.es/volumen%208/09_brandenberger.pdf)> (Consultado em 24 de junho de 2015).
- LARANJEIRA, Pires (1992): “Questões da formação das literaturas africanas”. Em: LARANJEIRA, Pires: *De letra em riste: identidade, autonomia e outras questões na literatura de Angola, Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe*. Porto: Afrontamento, pp. 17-32.
- LARANJEIRA, Pires (1995): *Literaturas africanas de expressão portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta.
- LÉONARD, Yves (1997): “Salazarisme et lusotropicalisme, histoire d’une appropriation”. Em: *Lusotopie*, 4, pp. 211-226.
- MELO, Guilherme de (1990): *Raízes do ódio*. Lisboa: Notícias.
- MENESES, Maria Paula G. (2010): “O ‘indígena’ africano e o colono ‘europeu’: a construção da diferença por processos legais”. Em: *e-cadernos CES*, 7, pp. 68-93. <<http://eces.revues.org/403>> (Consultado em 23 de junho de 2015).
- NOA, Francisco (2002): *Império, mito e miopia: Moçambique como invenção literária*. Lisboa: Caminho.
- RIBEIRO, Gabriel Mithá (2012): “‘É pena seres mulato!’ Ensaio sobre relações raciais”. Em: *Cadernos de Estudos Africanos*, 23, pp. 21-51.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (2003): “Entre Próspero e Caliban. Colonialismo, pós-colonialismo e interidentidade”. Em: *Novos Estudos*, 66, pp. 23-52. <[http://novos estudos.uol.com.br/v1/files/uploads/contents/100/20080627\\_entre\\_prospero\\_e\\_caliban.pdf](http://novos estudos.uol.com.br/v1/files/uploads/contents/100/20080627_entre_prospero_e_caliban.pdf)> (Consultado em 11 de março de 2015).
- Venâncio, Fernando (1991): “Infame, ou talvez nem isso”. Em: *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, XI, 494 (24.12.1991), p. 13.